

**EVIDÊNCIAS
DE UMA TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR
NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA**

Vívian Antonino da Silva (UESB)
viviantonino@gmail.com

RESUMO

O Brasil apresenta uma realidade sociolinguística bipolarizada, com normas populares em um polo e normas cultas em outro. Tal situação era observada desde o Brasil Colônia, em que havia, em um extremo, as camadas médias e altas da sociedade brasileira e, em outro, a maioria da população, índios, africanos e mestiços. Nessas condições, ocorria um massivo contato entre línguas, o que caracterizava uma realidade ideal para a ocorrência de processos de *transmissão linguística irregular*. A *transmissão linguística irregular*, a depender de fatores históricos e linguísticos, pode levar à formação de línguas pidgin, crioula ou apenas formar uma nova variedade de língua, que não se configura como uma nova entidade linguística distinta das já existentes. Esta última situação foi o que ocorreu no Brasil, através de uma *transmissão linguística irregular* de tipo leve, que modificou sensivelmente a estrutura da língua portuguesa. A camada mais baixa da população era falante dessa variedade histórica da língua portuguesa e, durante muito tempo, devido à situação sociolinguística bipolar que caracterizou o Brasil, as normas populares foram mantidas em ambientes rurais, ficando quase sem interferências de padrões urbanos. A perda da morfologia flexional, de forma mais ou menos acentuada, é característica recorrente em situações de *transmissão linguística irregular* e, através da análise da variação na concordância nominal em predicativos/passivas no estado da Bahia, tal processo histórico pode ser evidenciado. Nota-se, com a concordância de número, a existência de um *continuum* linguístico, com a marcação de número em predicativos/passivas em comunidades afro-brasileiras isoladas quase inexistente (1%), aumentando para 4% na fala do interior do país, porém não marcada etnicamente, atingindo o índice de 14,6% de marcação na fala popular urbana. Com relação ao gênero, também se observou um *continuum*, com 81% de marcação nas comunidades afro-brasileiras isoladas, 94% nas comunidades do interior da Bahia e 95,5% nos bairros populares de Salvador.

Palavras-chave: Sociolinguística; concordância nominal; português popular.

1. Considerações iniciais

Há um interesse crescente pelo estudo e compreensão da história das línguas e, no caso do Brasil, para além do interesse pelo estudo das origens do português de uma forma geral, tem-se buscado compreender

como se deu a formação da variedade popular¹ do português do Brasil. É perceptível, após alguma observação, que há diferenças marcantes entre o português popular e o português culto brasileiro; em busca de traçar e explicar tais diferenças, muitos linguistas têm se dedicado ao estudo da formação do português popular do Brasil.

Há duas grandes correntes que, desde o começo do século passado, buscam justificativas para o aspecto diferenciado do português popular do Brasil: uma que credita as mudanças ocorridas no português popular do Brasil a uma deriva secular, uma tendência natural inerente às línguas; a presença de elementos negros e indígenas teria apenas acelerado as mudanças que inevitavelmente iriam ocorrer; e outra que defende o contato entre línguas africanas, indígenas e europeias, ocorrido durante a colonização do Brasil e do Império, como fator preponderante para as mudanças observadas na variedade popular atual do português. Há, entre os linguistas favoráveis à teoria do contato linguístico, aqueles que creem que houve a formação de crioulos típicos em terras brasileiras; no entanto, neste trabalho, parte-se do ponto de vista, defendido por Dante Lucchesi (1999, 2001, 2009), de que, se houve a formação de alguns crioulos, foram situações isoladas e não justificariam a configuração atual do português popular do Brasil. O que fundamenta a análise aqui desenvolvida é o conceito de *transmissão linguística irregular*, através do qual se pode afirmar que, a depender da intensidade e do prolongamento da situação de contato, podem surgir *pidgins*, crioulos típicos ou uma variedade da língua-alvo fortemente modificada, aqui entendida como o português popular do Brasil.

Para se fazer uma análise da realidade do português popular brasileiro da atualidade, é necessário, primeiramente, que se faça uma descrição do contexto histórico e social do período de formação da língua portuguesa do Brasil, visto que a realidade atual retrata, muito semelhantemente, a situação de outrora.

No período de formação da língua falada em terras brasileiras, o português transplantado da Europa, ocorreu um convívio intenso de falantes de diversas outras línguas. Era um número muito grande de negros trazidos forçadamente de diferentes regiões africanas, índios, também de

¹ Não entraremos na discussão pomenorizada a respeito da definição da expressão “popular”, já que é um termo polêmico. Aqui, “popular” se apresenta simplesmente como sinônimo de “*substandard*” ou “não padrão”, opondo-se, claramente, às expressões “culto”, “padrão” ou “*standard*”.

diferentes tribos, falantes de diferentes línguas e, ainda, os brancos portugueses, também de classes sociais variadas. A convivência tornou-se inevitável, e muitas vezes indispensável, pois habitavam a mesma terra e havia, entre eles, relações sociais que exigiam que se comunicassem minimamente. Conhecer a história desses grupos sociais, índios, negros e brancos, é imprescindível para a compreensão da realidade atual observada na sociedade brasileira.

2. Uma realidade sociolinguística polarizada

De meados do século XVI até o final do século XIX, a realidade socioeconômica brasileira foi pouco alterada: o país se mostrava como uma grande sociedade rural, com pequenos núcleos urbanos, em que se instalava uma minoria elitizada, que tinha acesso a uma incipiente vida institucional (LUCCHESI, 2009). As camadas médias e altas da sociedade brasileira, que eram numericamente reduzidas e que possuíam um comportamento linguístico sensivelmente conservador, buscavam sempre manter os laços linguísticos e culturais com a metrópole. Durante muito tempo, os professores de língua portuguesa que lecionavam em terras brasileiras eram trazidos de Portugal; um caráter conservador foi mantido na língua falada pela elite, que era vista como possuidora da variedade culta do português brasileiro.

Em outro extremo, se encontrava a maioria da população, índios, africanos e mestiços, que eram explorados e viviam em condições desumanas, segregados da sociedade, sem direito à cidadania. Nessas condições, ocorria um massivo contato do português com as línguas dos indígenas e dos africanos trazidos para o Brasil, o que caracterizava uma realidade ideal para a ocorrência de processos de *transmissão linguística irregular*. Uma variedade já modificada do português ia sendo aprendida por essa camada da população, que era numericamente superior à elite colonial, e disseminada por várias regiões do país. À tal variedade do português, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) chama de “português geral brasileiro”, considerado um antecedente histórico do atual português popular brasileiro, que foi adquirido na oralidade, em situações de aquisição imperfeita e “difundido pelo geral do Brasil, sobretudo pela maciça presença da população africana e dos afrodescendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial”. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 90)

A camada popular, composta inicialmente por índios aculturados,

escravos e mestiços, era a mão-de-obra disponível para o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar, no cultivo do pau-brasil, algodão, café, tabaco e, posteriormente, no ciclo da mineração do ouro. Sendo assim, essa camada teve atuação bastante abrangente em várias regiões do país e, conforme Dante Lucchesi, “o massivo deslocamento de populações pode explicar em boa medida a homogeneidade diatópica das variedades populares do português do Brasil” (LUCCHESI, 2001, p. 105). Dessa forma, a realidade linguística brasileira não era apenas heterogênea e variável, era sim plural e polarizada, com as normas vernáculas em um polo e as normas cultas em outro.

Dentre as normas vernáculas, estava o chamado “português geral brasileiro”, que, de acordo com Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), teve como favorecedor à sua formação uma presença não-maciça de europeus e a grande miscigenação ocorrida em terras brasileiras.

Um constante

embate se dava entre duas possibilidades: um português africanizado ou um português europeizado. Por outro lado, a depender de configurações históricas locais, a predominância indígena ou negra ou ambas em convívio com o português resultou em perfis diferenciados, a se considerar o conjunto brasileiro. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 21)

Como dito anteriormente, a variedade diferenciada de língua que se desenvolveu no polo popular, o português popular do Brasil, pode ser tratado como fruto de uma *transmissão linguística irregular* de tipo leve, o que nos leva à necessidade de maior compreensão deste processo.

3. Entendendo melhor a transmissão linguística irregular

A *transmissão linguística irregular* é um conceito aqui utilizado para fazer referência ao que se passou nos momentos históricos de massivo e prolongado contato entre línguas, em situações em que a língua dos detentores de poder é tomada como modelo a ser seguido pelos demais, normalmente em situação politicamente inferior. Nessas situações de contato, a depender de fatores históricos e linguísticos, pode haver a formação de uma nova língua, chamada língua *pidgin* ou língua crioula, ou apenas se formar uma nova variedade de língua, que não se configura como uma nova entidade linguística distinta das já existentes.

Em situações típicas de contato, o que se observa é uma população numerosa de adultos, muitas vezes falantes de línguas diversas e até

mutuamente ininteligíveis, que se vê forçada a adquirir uma segunda língua para poder manter as relações sociais e comerciais. Devido à própria situação, essa variedade de língua que se forma apresenta uma forte simplificação e redução em sua estrutura gramatical, mantendo-se apenas os elementos essenciais para se desempenhar uma comunicação básica. Dante Lucchesi (2000, p. 99) diz que essa redução na estrutura gramatical da língua se dá devido a:

- (i) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, sobretudo nas situações em que os falantes dessa língua alvo são numericamente muito inferiores aos falantes das outras línguas;
- (ii) o fato de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria, adultos, não havendo, pois, acesso aos dispositivos da *faculté du langage*, que atuam naturalmente no processo de aquisição da língua materna;
- (iii) a ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição/nativização, já que esse processo tem como objetivo fundamentalmente a comunicação emergencial com os falantes da língua alvo.

Quando acontece um prolongamento da situação de contato linguístico, normalmente a variedade segunda da língua-alvo vai ganhando espaço e se tornando até modelo para aquisição da língua materna dos descendentes dos falantes das outras línguas. Isso se dá graças à relação que essa variedade segunda de língua estabelece com as camadas política e economicamente dominantes, que são detentoras, naturalmente, do prestígio social.

A depender de fatores extralinguísticos, como a quantidade de falantes da língua-alvo ou o grau de coesão dos grupos de falantes em situação de dominação, a língua surgida do contato pode se apresentar com características mais próximas ou mais distantes da língua do dominador. E as situações sociais, históricas e culturais a que a língua surgida do processo de transmissão linguística irregular está sujeita também vão explicar essa maior ou menor aproximação com a língua alvo e as inevitáveis transformações que as línguas originadas do contato vieram a sofrer.

O processo de *transmissão linguística irregular* pode resultar num *pidgin*, em crioulos de vários tipos, ou apenas em nova variedade de língua, a depender da sua intensidade. Conforme Dante Lucchesi (2000, p. 109),

O fator que determina inicialmente o processo de transmissão linguística irregular é a intensidade da erosão gramatical que se dá no momento inicial do contato, ou seja, no momento em que os falantes do substrato fixam o código

emergencial de comunicação verbal a partir dos recursos léxico-gramaticais da língua alvo.

Quanto menor o acesso dos falantes das línguas surgidas do contato aos modelos da língua alvo, mais radical será a variedade crioula falada por eles, a chamada criouliização típica. Pode também haver uma criouliização leve, em que o acesso à língua alvo é um pouco maior; com isso, a erosão gramatical também é menor, não sendo necessária uma reconstrução gramatical profunda.

No caso do português popular do Brasil, a sua origem tem explicação num processo de *transmissão linguística irregular* que não resultou em uma língua crioula, e sim em uma variedade diferenciada da língua portuguesa. Isso se deu porque, no Brasil, no período da colonização, o número de falantes da língua-alvo não foi tão pequeno que caracterizasse uma situação de criouliização típica; além de que sucessivos grupos de imigrantes portugueses chegaram às terras brasileiras, como na corrida do ouro (séc. XVIII) e na vinda da família real (séc. XIX), fatos que reforçavam o poder da língua portuguesa, diminuindo as possibilidades de erosão gramatical mais radical.

Assim, é fácil compreender que no Brasil não houve o surgimento de um crioulo típico, e sim que houve, principalmente em sua vertente popular, no período de sua formação, processos de mudanças linguísticas oriundos do contato entre línguas, através de uma *transmissão linguística irregular* leve. A estrutura da língua portuguesa foi sensivelmente afetada quando da sua nativização e socialização entre os descendentes dos índios e dos negros escravos trazidos para compor a mão de obra no período da colonização.

A camada mais baixa da população, falante dessa variedade histórica da língua portuguesa, afetada pelo contato entre línguas, compunha a mão-de-obra no período de colonização do Brasil; assim, essa camada social esteve presente em várias regiões do país, atuando em vários tipos de lavouras e no ciclo da mineração. Durante muito tempo, devido à situação social e linguística bipolar que caracterizou e ainda caracteriza o Brasil, as normas populares foram mantidas em ambientes rurais, ficando, de uma certa forma, quase sem interferências de padrões urbanos, pois os meios de comunicação eram poucos, os meios de transportes eram precários e a escolarização era mínima.

4. A diminuição da distância entre os polos

A partir do fim do século XIX, aconteceu, no Brasil, uma entrada de imigrantes, que tinha o objetivo político e social de ajudar a modernizar a economia e de embranquecer a população local (KREUTZ, 2000), mas que, linguisticamente, serviu também para ajudar a diminuir a distância que separa o polo culto do polo popular. Os japoneses, italianos, espanhóis, portugueses que se instalavam em solo brasileiro chegavam arruinados economicamente, porém, algumas vezes, tinham alguma instrução, o que facilitava a sua rápida ascensão social. Eles deixavam de conviver com escravos e capatazes, com quem aprendiam o português do Brasil, repleto de marcas da camada mais excluída da população, e passavam a conviver com os brancos e seus descendentes, a classe média do período, oferecendo mão de obra especializada. Nessa ascensão social, os imigrantes passaram a interagir verbalmente com pessoas falantes de norma culta, e aspectos do português popular do Brasil acabaram por serem transmitidos, assim como traços do português culto passaram a ser absorvidos.

A antiga realidade bipolar pode ser observada ainda hoje, porém um pouco mais atenuada. Até meados do século XX, a população brasileira era em sua maioria analfabeta, praticamente não havia meios de comunicação em massa, o sistema de transporte também não era dos mais eficientes, o que dificultava o acesso a muitas regiões do país, e a influência dos padrões linguísticos urbanos era mínima; toda essa dificuldade certamente facilitou a manutenção de algumas variedades de língua mais ou menos crioulizadas faladas no interior do Brasil, como a variedade falada em Helvécia. O que Dante Lucchesi (2001) pôde observar em Helvécia, cidade localizada no extremo Sul do Estado da Bahia, foi uma forte influência do contato entre línguas ocorrido naquela localidade, com os membros mais velhos mantendo as marcas desse contato, como a simplificação de flexões verbais e nominais. Os mais jovens, graças à influência da urbanização, já estavam readquirindo e reintroduzindo a morfologia verbal e nominal perdida.

Dante Lucchesi (2001, p. 107) salienta que está havendo uma diminuição da distância existente entre as normas populares e as normas cultas, mostrando que:

[...] há uma tendência da mudança do português popular em direção aos modelos da norma culta, que atingem e influenciam as camadas mais baixas da população através da televisão, do rádio ou pelo contato direto, proporcionado pelas modernas condições de transporte, ou mesmo através do precário sistema de ensino.

Apesar dessa diminuição de distâncias, ainda hoje é possível se perceber a existência das normas cultas e das normas populares, já que ainda há um “grande abismo que separa uma minoria, que desfruta de bens e serviços do universo da cidadania, da grande maioria, que pouco ou nenhum acesso tem aos bens de consumo, aos serviços sociais e aos direitos sociais básicos” (LUCCHESI, 2009, p. 42). A norma culta, na realidade atual brasileira, é aquela falada por essa minoria escolarizada, que tem acesso a saúde, lazer, que conhece os seus direitos. Os falantes da norma culta do português brasileiro são herdeiros “dos modelos [linguísticos] transmitidos aos longos dos séculos nos meios da elite colonial e do Império; modelos esses decalcados da língua da metrópole portuguesa”. (*Idem, ibidem*)

Em contrapartida, a norma popular é aquela falada por uma maioria, alijada de seus direitos de cidadão, que não consegue concluir os estudos básicos, quando consegue alguma escolarização formal, que tem dificuldade para ser atendida pela rede de saúde pública, que desconhece os momentos de lazer. Seu modelo linguístico advém de uma também maioria do período colonial, de uma língua que foi modificada pelo contato de várias línguas, a do colonizados, a dos nativos e a dos escravos trazidos da África. “Dessarte, se é uma variedade de língua do colonizador que se impõe na fala dos segmentos sociais aí formados, não se pode deixar de perceber as marcas de sua aquisição precária e de sua nativização mestiça”. (*Idem, ibidem*)

5. Difusão de normas linguísticas

Por um período longo de tempo, o interior do país e as regiões mais isoladas geograficamente eram o reduto das normas vernáculas, porém, no século XX, essa realidade foi sofrendo transformações devido às mudanças que vinham acontecendo. Houve um acesso mais amplo aos meios de comunicação de massa, uma maior migração de pessoas da zona rural em direção aos centros urbanos e um acesso um pouco maior às instituições de ensino público fundamental. Com relação à influência da escolarização no início do século XX, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) diz que:

A presença, mesmo rarefeita, da escola e de um, embora fraco e localizável, desenvolvimento cultural letrado fez certamente entrar em cena um elemento novo, que é a norma linguística explicitada e coercitiva, que provavelmente até então só atingia, se é que atingia, sobrepondo-se às normas sociais consensuais dos diversos grupos, uma minoria inexpressiva. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 22)

A distância entre o rural e o urbano, social e linguisticamente, vem diminuindo devido à atuação dos fatores acima mencionados e isso faz com que não olhemos para a relação rural/urbano como uma dicotomia estanque, mas sim como um *continuum* de formas. De acordo com Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005, p. 40), o português brasileiro deve ser observado “como um *continuum* de urbanização, que se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas [...] até a variedade urbana culta, [...] podendo-se situar um falante em qualquer posição ao longo deste *continuum*”.

Na modalidade de fala das localidades isoladas ou de ambientes rurais, é possível perceber um distanciamento maior com relação à norma linguística do português europeu, norma que influenciou e até determinou a caracterização das variedades cultas do português brasileiro (BORTONI-RICARDO, 2005). Esse distanciamento aconteceu, “pois nessas modalidades foi, possivelmente, mais acentuada a influência do adstrato indígena e do *pidgin*² falado pelos negros entre si e no contato com a população branca e mestiça”. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 32)

O Brasil foi visto, durante muito tempo, como um grande país rural, pois a grande maioria habitava as áreas rurais. Em 1920, a população urbana era de apenas 10,7% e, em 1940, passou para 31,29%. O crescimento urbano foi contínuo e, em 1950, o país tinha uma população de mais de 51 milhões de pessoas, com 36,16% delas em zona urbana. Em 1980, essa situação fica ainda mais acentuada: dos 120 milhões de habitantes, 67,60% estavam residindo em áreas urbanas. No censo realizado no ano de 2000, a população brasileira foi contada em 168.370.893 pessoas; dessas, 81,37% estavam na zona urbana; menos de 19% compunham a zona rural do país. De um país, com dimensão continental, essencialmente rural, o Brasil se tornou, ainda que com uma urbanização tardia, um país em que a minoria de seus habitantes reside em área rural. (BORTONI-RICARDO, 2005)

A dimensão do crescimento das zonas urbanas foi tamanha que seria impossível imaginar que o meio rural não sofresse qualquer influência de tais mudanças. “À medida que os falantes dos vernáculos rurais entram em contato direto ou indireto com a língua padrão, oral ou

² O que Stella Maris Bortoni-Ricardo trata por *pidgin* aqui tratamos como uma variedade histórica do português alterada pelo processo de *transmissão linguística irregular*, mas que não chegou a se caracterizar como uma língua nova.

escrita, seu dialeto tende a tornar-se difuso” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 123). As capitais, aqui, no caso, Salvador, se colocam como um centro difusor de normas linguísticas, exercendo influências, direta ou indiretamente, na variedade popular da língua, foco de nosso estudo. Stella Maris Bortoni-Ricardo (2011) chama a atenção, ainda, de que a difusão não é vista necessariamente como uma assimilação de traços do português padrão, como se poderia supor erroneamente, e sim como um distanciamento das normas estigmatizadas. “A difusão dialetal é paralela a um processo mais amplo de adesão à orientação cultural hegemônica”. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 126)

Dentro de uma comunidade linguística, partindo do estudo de redes sociais, é possível observar a pressão normativa a que se submetem os membros da comunidade a partir da observação da densidade, multiplexidade e complexidade dos papéis sociais. Em comunidades pequenas, a densidade é muito alta, pois todos se conhecem e mantêm algum tipo de relação; a multiplexidade é igualmente alta, pois são mantidas relações em diversas condições, entre vizinhos, parentes, amigos, colegas de trabalho, entre outros, que são as chamadas relações multiplex. Nas comunidades pequenas, a complexidade de papéis sociais é baixa, uma vez que, diferentemente dos centros urbanos, uma pessoa não desempenha diferentes papéis sociais, sendo a sua atuação social um pouco mais restrita. Sabe-se que, em comunidades com alta densidade e multiplexidade e baixa complexidade de papéis sociais, há o desenvolvimento de um consenso normativo e de uma resistência a valores vindos de fora da comunidade.

De forma oposta, em comunidades maiores, a densidade é baixa, assim como a multiplexidade, e a complexidade de papéis se mostra alta. “O pressuposto geral é que ambientes urbanos complexos e heterogêneos ensejam um número mais amplo de papéis culturalmente diferenciados do que uma comunidade tradicional e relativamente homogênea” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 134), dessa forma faz-se a distinção entre redes isoladas e integradas.

As redes sociais isoladas mantêm vínculos que partem da proximidade social; as pessoas convivem de forma mais próxima, fazendo parte de grandes famílias e se relacionando na vizinhança. Essas redes, típicas de comunidades mais isoladas, como as rurais, tendem a manter a sua cultura rural e a focar no vernáculo, resistindo a mudanças. Necessário se faz chamar atenção para o fato de tal comportamento não ser operado necessariamente de forma consciente.

As redes integradas são mais heterogêneas e territorialmente mais dispersas; os membros da comunidade estabelecem uma grande variedade de vínculos sociais, estando expostos a um grande nível de influência externa. Acaba-se por notar que o falante, por participar de diferentes grupos sociais, tende a ter um comportamento linguístico variável. “Um alto nível de complexidade nas relações de papéis do indivíduo implica um alto grau de flexibilidade em seu repertório verbal em relação à adequação de código e estilo”. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 136)

Nos centros urbanos, os indivíduos tendem a se mostrar socialmente mais integrados e assim também ocorre com a sua modalidade de língua, que está mais sujeita às pressões normativas urbanas, à escolarização formal e aos meios de comunicação, atualmente já bastante acessíveis.

A fim de evidenciar que os centros urbanos atuam como difusores de normas linguísticas, recorrer-se-á a três trabalhos que investigam a marcação de concordância nominal de gênero e de números em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no estado da Bahia: o de Dante Lucchesi (2008), que estuda comunidades afro-brasileiras isoladas no interior, com um forte histórico de contato entre línguas; o meu trabalho de mestrado, Vívian Antonino da Silva (2007), que analisou duas cidades do interior, porém não marcadas etnicamente; e o meu trabalho de doutorado, Vívian Antonino da Silva (2012), que analisou cinco bairros populares da cidade de Salvador. É válido salientar que os indivíduos investigados nas três pesquisas mencionadas são minimamente escolarizados (analfabetos ou semialfabetizados), ocupando a base da pirâmide social.

Dante Lucchesi (2009) chama atenção para o fato de a perda da morfologia flexional, de forma mais ou menos acentuada, ser característica recorrente em situações de *transmissão linguística irregular*; em situações típicas de criouliização, a perda da morfologia tende a ser completa. Dessa maneira,

[...] pode-se conceber o quadro de profunda variação na concordância nominal e verbal que se observa hoje nas variedades populares do português do Brasil como uma decorrência do processo de transmissão linguística irregular que marca a gênese dessas variedades linguísticas. (LUCCHESI, 2009, p. 124)

Assim, espera-se encontrar, em ambiente urbano, um uso mais acentuado das regras de concordância do que aquele já observado no interior do país, em que as redes sociais são mais densas e mais refratárias às mudanças que ocorrem nos núcleos mais urbanizados.

A concordância nominal de número é fenômeno variável que atinge o português do Brasil de maneira generalizada, ainda que com intensidades diferentes, seja dentro do sintagma nominal ou em estruturas de predicativos do sujeito e em passivas, que serão aqui observadas.

Aqui, nos dados obtidos a partir da fala de indivíduos analfabetos ou semialfabetizados no estado da Bahia, nota-se uma diferença acentuada entre cada uma das comunidades, com o falante afro-brasileiro com uma marcação de número que pode ser considerada residual de 1%; o falante do interior com índice de 4% de realização da marca de plural e um percentual de 14,6% de marcação da regra nos falantes urbanos de Salvador.

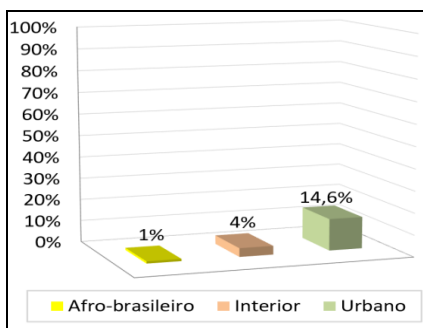


Gráfico 1 – Índices de marcação de plural em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da Bahia

O que se nota, ao analisar tais resultados, é o traçado de um *continuum* linguístico, que vai de um percentual quase nulo de aplicação da regra, nas comunidades em que a história de contato entre língua na formação do português popular do Brasil foi bastante marcante, a um aumento progressivo em direção às zonas urbanas. Nitidamente, a urbanização, com seu acesso facilitado a escolas e meios de comunicação, exerceu grande influência com relação à utilização da marca de número.

Com relação à variação na concordância nominal de gênero, sabe-se que não é um fenômeno amplamente difundido, que possa ser notado em todas as comunidades; prova disso são os raros estudos de tal fenômeno em comunidades urbanas. A variação na concordância nominal de gênero é mais facilmente observada em comunidades com uma história marcante de contato entre línguas. Nessas situações de contato, é natural que as línguas sofram reduções em seu sistema flexional, como foi fortemente notado em relação à categoria de número, que se mostra um

pouco mais redundante do que a de gênero.

Dessa forma, ao observar os resultados sobre a concordância nominal de gênero em predicativos e em passivas, nota-se, como imaginado, que sua marcação em comunidades afro-brasileiras é um tanto menor do que as do interior e urbanas.

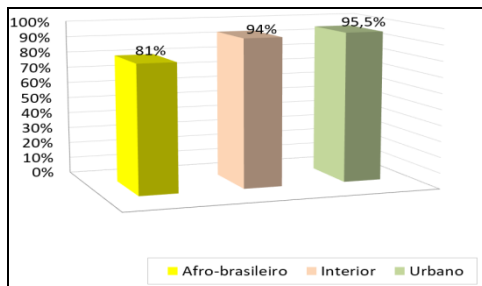


Gráfico 2 – Índices de marcação de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da Bahia

Ainda que diante de números com diferenças não tão expressivas, percebe-se uma oposição entre o português afro-brasileiro em um extremo, com uma marcação de 81%, e, em outro, as duas outras comunidades mais urbanizadas. Esse resultado evidencia a influência do contato entre línguas, separando em extremos as comunidades que tiveram maior e menor influência do contato em sua realidade social.

É inegável, analisando os *continua* obtidos, que a história da formação do português, com um massivo contato entre línguas, influenciou de forma contundente na caracterização atual do português popular do Brasil. Nota-se, no entanto, que a influência dos centros urbanos é cada vez maior, ganhando espaço e modificando a fala popular das cidades do interior. Ainda assim, a polarização sociolinguística se mantém, fortalecida pelas carências sociais do povo brasileiro, que ainda luta por comida, que ainda vai à escola pensando na merenda escolar. É impossível que tal situação não se reflita na realidade linguística do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. *Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

LOBO, Tânia. *A formação histórica do português brasileiro*. O estado da questão. Comunicação ao XI congresso da ALFAL. Gran Canária, 1996.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. *A Cor da Letras*, n. 3, p. 73-100, dez. 1999.

_____. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000. Tese (de Doutorado). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *D.E.L.T.A.*, vol. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.

_____. A concordância nominal em estruturas passivas e de predicativo do sujeito em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no contexto da história sociolinguística do Brasil. In: RONCARATI, Claudia, VOTRE, Sebastião. (Orgs.). *Ensaio em homenagem a Anthony Naro*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

_____; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004

MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (de mestrado). Universidade Federal

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, Aryon Dal'igna. *Breve história da língua dos índios vistos por Cabral*. Brasília: Universa, 2000.

SILVA, Vívian Antonino da. *A concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular do interior do estado da Bahia*. Dissertação (de mestrado). – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. *Português popular de Salvador: uma análise da concordância nominal em predicativos e em estruturas passivas*. Tese (de doutorado). – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.